

Um Estudo do Discurso Doutrinário de Robert E. Lucas Jr. Método e História das Ideias acerca das Análises de Ciclos Econômicos

Alexandre F. S. Andrada

Departamento de Economia
Universidade de Brasília (UnB)
afsa@unb.br

Resumo

Nosso objetivo no presente artigo é analisar aquilo que denominamos “discurso doutrinário” de Robert Lucas. Trata-se de seus artigos e/ou argumentos apresentados sob a forma discursiva, de questões históricas e metodológicas da teoria econômica (macroeconômica, em particular). Esse discurso é retirado majoritariamente de uma série de artigos elaborados nos anos 1970 para a apresentação em conferências. Nesses trabalhos o objetivo fundamental não é o de convencer os adversários da correção de suas ideias a partir de uma análise cuidadosa de premissas e conclusões, mas sim conquistar os indecisos e alimentar a “fé” dos já convertidos. Nosso estudo centra-se em dois grandes temas: (i) a análise da metodologia e da interpretação da história da macroeconomia apresentadas por Lucas, e; (ii) suas críticas e elogios ao “keynesianismo”. O que emerge dessa análise é uma estrutura significativamente complexa de argumentação, que vai além da tradicional visão de Lucas como simplesmente um anti-keynesiano.

Abstract

Our goal here is to scrutinize what we call Robert Lucas’s “doctrinaire speech”. By that we mean his arguments presented in discursive (non-technical) way, dealing with historical and methodological issues of economic theory (specially business cycles). This “speech” is founded mainly in a set of papers from the 1970’s written to be present in meetings and conferences. In these works his main objective is not to convince opponents through a careful examination of premises and conclusions, but instead to conquer the minds of those still undecided and to feed the creed of those already converted. Our study is focused in two main themes: (i) Lucas’s methodology and interpretation of macroeconomics’ history, and; (ii) his critiques and compliments to the “Keynesianism”. What emerges from this analysis is a significantly complex structure of argumentations that goes beyond the traditional view of Lucas as simply an anti-Keynesianism.

Palavras-chave

Robert E. Lucas Jr., Retórica, Novos Clássicos e Keynesianismo.

Keywords

Robert E. Lucas Jr., Rhetorics, New Classical Economics, Keynesianism.

Área ANPEC

Área 1 - História do Pensamento Econômico e Metodologia

Código JEL:

B - History of Economic Thought, Methodology, and Heterodox Approaches

B2 - History of Economic Thought since 1925

B22 - Macroeconomics

Introdução

Robert E. Lucas Jr., laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1995 pode ser considerado, sem o menor risco de excessos, um dos *arquitectos* da Macroeconomia contemporânea (Chari, 1998). Sua agenda metodológica se impôs quase como um critério de demarcação na disciplina. Os axiomas de equilíbrio contínuo dos mercados, a racionalidade muthiana intertemporal dos agentes e a exigência de microfundamentos tipo Arrow-Debreu-McKenzie, por exemplo, determinaram as novas regras da “boa prática científica” no *mainstream* da disciplina.

Lucas recebeu seu título de PhD em Economia pela Universidade de Chicago no ano de 1964 e seu primeiro trabalho de grande impacto é *Adjustment Cost and the Theory of Supply* de 1967, publicado na prestigiosa *The Journal of Political Economy*. Mas é com *Real Wages, Employment, and Inflation* (publicado no JPE) e *Price Expectations and the Phillips Curve* (AER) ambos em parceria com Leonard Rapping e publicados em 1969 que começa a nascer a “Macroeconomia Lucasiana”. Ainda que Lucas veja esses trabalhos como uma tentativa de contribuição para a o esquema Keynesiano¹, tem-se ali uma espécie de ensaio geral da revolução a ser deflagrada poucos anos adiante em Lucas (1972).

LUCAS (2001, p. 20) afirma que no início de sua carreira levava uma “vida dupla” como macroeconomista; enquanto com Leonard Rapping ele era um “macroeconomista empírico, estimando curvas de Phillips e funções oferta de trabalho agregadas”, com Edward Prescott ele mergulhara na “matemática da programação dinâmica e na teoria do equilíbrio geral” (LUCAS, 2001, p.20). Da primeira linha de pesquisa surgiram os desdobramentos nos estudos sobre o comportamento da política e das Autoridades Monetárias e seus potenciais impactos sobre o produto da economia. Ainda que frutífera, acreditamos que essa agenda de pesquisa é de importância secundária. Será daquela última, representada pelos trabalhos de Lucas e Prescott (1971; 1972) e, em especial, Lucas (1975) – o qual trata as flutuações macroeconômicas a partir de um modelo de equilíbrio geral (macroeconômico) estocástico, assentado sobre o modelo neoclássico de crescimento econômico – que teremos parte da origem dos modelos DSGE². Note-se que estamos levando em conta apenas seus trabalhos durante 1960/1970, já que Lucas tem contribuições igualmente importantes em outros campos de estudo como, por exemplo, nas discussões sobre crescimento econômico³.

Suas publicações – e aqui tratamos apenas dos artigos – se caracterizam por pertencerem a duas categorias; **(i)** os **técnicos**, usualmente de significativa complexidade matemática e estatística, inacessíveis aos superficialmente versados nessas disciplinas, e; **(ii)** e os **doutrinários**, nos quais o autor apresenta seu credo de forma puramente verbal, com um claro intuito de tornar seu esquema de raciocínio compreensível a um público mais amplo. Desse último tipo se destacam *Understanding Business Cycle* de 1977, *After Keynesian Macroeconomics* de 1979 (em parceria com Thomas Sargent) e *Methods and Problems in Business Cycle Theory* de 1980. Todos eles foram originalmente desenvolvidos para apresentações em conferências⁴ e não para o escrutínio de pareceristas anônimos. Neles não se tem a apresentação dos resultados de um modelo em relação a uma possível correspondência com os fatos (algo supostamente vital para a aceitação ou rejeição de uma determinada hipótese), mas sim o máximo do exercício retórico publicável permitido a um acadêmico. Nesses artigos Lucas não está particularmente preocupado em “converter” os Keynesianos, mas sim alimentar a “fé” de seus seguidores e, principalmente, conquistar os indecisos. Isso, pois, sendo severas as divergências entre Novos Clássicos e Keynesianos (das mais distintas linhagens então existentes), a possibilidade de um diálogo dialético, tal que das polêmicas pudesse emergir uma síntese aceita por ambos os lados, parecia um evento pouco provável.

A análise dos artigos doutrinários de Lucas revela a existência de três tipos de discurso: **(i)** o **propositivo**, no qual o autor apresenta sugestões e expedientes que julga necessários para o “fazer

¹ LUCAS in De VROYE (2010, p. 4-5).

² Ver Rebelo (2005).

³ Lucas (1988) o artigo mais importante em termos de número de citações de todo o *ranking* do Idea RePEc <<http://ideas.repec.org/top/top.item.nbcites.html>>

⁴ “Kiel Conference on Growth without Inflation”, Federal Reserve Bank of Boston; “After the Phillips Curve: Persistence of High Inflation and High Unemployment” e “American Enterprise Institute Seminar on Rational Expectations”, respectivamente

econômico” verdadeiramente científico, que subdividimos em a *Defesa da Abordagem Equilibrista*, *Defesa da Modelagem Explícita* e *Crítica Econométrica*. (ii) o **polemista**, que diz respeito às suas críticas a Keynes e ao(s) “Keynesianismo(s)”. (iii) o **histórico-epistemológico**; no qual apresenta sua hipótese sobre o nascimento, os movimentos e o processo de desenvolvimento da Macroeconomia. Como esses temas não são independentes pareceu-nos contraproducente tratá-los um a um. Nossa análise se dividirá nos seguintes blocos; (I) “*Lucas sobre Metodologia*”; aqui apresentamos e discutimos os pontos fundamentais da compreensão filosófica de Lucas sobre como a Economia deve ser abordada, analisada e como ocorre o progresso em seu interior. (II) “*O Keynesianismo em Lucas*”, seção subdividida em críticas teóricas (*Críticas à Keynes, à Síntese Neoclássica aos Desequilibristas*). Ao final apresentam-se algumas considerações a guisa de conclusão.

I – Lucas sobre Metodologia

O primeiro ponto a ser fixado é o entendimento de Lucas sobre o que é Ciência Econômica. Isto irá relacionar os três tópicos aqui enumerados. Para o autor o critério de demarcação fundamental é aquele da máxima de HUME (1740, p. 14); tudo o que não contiver “números” deve ser “condenado às chamas”. Trata-se não só da defesa, mas da exigência de formalização matemática das ideias: “[...] *mathematical analysis is not one of many ways of doing economic theory: It is the only way. Economic theory is mathematical analysis. Everything else is just pictures and talk*” (LUCAS, 2001, p.9). Essa é uma premissa de fácil aceitação para o público ao qual Lucas se dirige. Enquanto no período anterior a Segunda Guerra trabalhos (sofisticada e/ou majoritariamente) matemáticos como o de Ramsey (1927) e Roos (1930) eram algo exóticos⁵, dali em diante, sob o incentivo da *Cowles Commission* e graças à maior disponibilidade de séries estatísticas e o processo de unificação dos agregados contábeis, o uso de modelos matemáticos/econométricos tornou-se imperioso em Economia. Nos anos de 1970 já não havia vestígios de um debate acadêmico relevante (ao menos no *mainstream*) sobre se a Economia deveria ou não utilizá-los como base. Esse já era um ponto pacífico. O que distingue Lucas é sua postura algo radical: não só se deve utilizar métodos matemáticos, como aqueles que não os utilizam não são verdadeiros economistas.

Será possível ser científico sem ser formal (no sentido “matemático”)? Em Economia, como em qualquer ramo do saber, as teorias apresentadas para explicar um determinado fenômeno exigem uma mesma estrutura de “*raciocínio*”: dadas as “*premissas*” então a “*conclusão*”. Isso independentemente se o raciocínio é apresentado de forma matemática ou verbal. A diferença da qualidade expositiva entre um e outro modo diz respeito (em geral) ao quão expostas estão as premissas/hipóteses/conceitos utilizados para atingir uma dada conclusão⁶. Nos modelos implícitos não raro há uma grande dificuldade em se determinar quais hipóteses são ou não relevantes, assim como o grau de relevância de cada uma delas. A defesa da modelagem explícita associa-se, assim, ao falsificacionismo popperiano: em uma teoria, quanto mais claras são suas premissas e mais específica sua conclusão, maior o grau de falsifiabilidade e, portanto, mais científica ela o será. E o máximo da precisão é alcançado traduzindo as ideias em símbolos e relações matemáticas. Mas isso não afasta a possibilidade de se poder ser científico sem se ser necessariamente explicitamente “*formal*”.

Essa postura radical de Lucas não é consistente sequer com sua interpretação histórica da Economia, sendo, pois, uma hipérbole de efeitos retóricos. Hayek (1933), uma de suas influências intelectuais⁷ não apresenta uma única identidade matemática. O mesmo ocorre com dois resultados de Milton Friedman importantes para Lucas e os Novos Clássicos; a taxa natural de desemprego e a inconsistência do *trade-off* explorável entre inflação e desemprego. Lucas, aliás, elogia o fato de Friedman (1968) ter afastado a Curva de Phillips tipo “*Menu*” baseando-se apenas na hipótese “clássica” de função oferta/demanda homogênea de grau zero (Lucas, 1977), o que soa, inclusive, como uma sugestão de que o sistema clássico/neoclássico/walrasiano é de tal forma sofisticado e científico, que a aplicação de seus princípios

⁵ “*In 1940, less than 3 percent of the refereed pages of its [American Economic Review] 30th volume ventured to include rudimentary mathematical expressions. Fifty years later, nearly 40 percent of the refereed pages of the 80th volume display mathematics of a more elaborate type*”. DEBREU (1991, p.1)

⁶ Ver Epstein (2008).

⁷ Ver Lucas (1977;1996) e Snowdon e Vane (2005).

mais abstratos a uma questão concreta é capaz de gerar melhores resultados que aqueles matemáticos e estatísticos obtidos a partir de um sistema incorreto de premissas (i.e., uma má teoria).

Justificar a ausência de um modelo explícito em Friedman – e, em menor escala, em Hayek (1933) – utilizando-se de uma variante da metáfora de “tanques e elefantes” (Lucas, 1980) tampouco é razoável. Ao final dos anos de 1960 a (macro) economia matemática já era significativamente sofisticada (enquanto nos anos 1930, como mostra a resenha de Tinbergen (1935), ela já estava em pleno desenvolvimento).

A visão metodológica de Lucas parte do *instrumentalismo*⁸ de Friedman (1966 [1953]), dando-lhe uma formatação mais simples. O artigo que mais se aproxima de um manifesto metodológico é *Methods and Problems in Business Cycle Theory*, cujos primeiros parágrafos são os seguintes;

One of the functions of theoretical economics is to provide fully articulated, artificial economic systems that can serve as laboratories in which policies that would be prohibitively expensive to experiment with in actual economies can be tested at much lower cost. To serve this function well, it essential that the artificial “model” economy be distinguished as sharply as possible in discussion from actual economies. [...] This is the sense in which insistence on the “realism” of an economic model subverts its potential usefulness in thinking about reality. Any model that is well enough articulated to give clear answers to the questions we put to it will be necessarily be artificial, abstract, patently “unreal”. At the same time, not all well-articulated models will be equally useful. Though we are interested in models because we believe they may help us to understand matters about which we are currently ignorant, we need to test them as useful imitations of reality by subjecting them to shocks for which we are fairly certain how economies, or parts of economies, would react. The more dimensions on which the model mimics the answer actual economies give to simples questions, the more we trust it answers to harder questions. This is the sense in which more “realism” in a model is clearly preferred to less”. (LUCAS, 1980, p. 696-7).

No primeiro parágrafo Lucas afirma que “uma das funções” da Economia (mais especificamente da Macroeconomia) é fornecer “economias artificiais” para testes de políticas que seriam inviáveis nas “economias reais”. Tem-se um *datum* – *virtual impossibilidade de testes nas economias reais* – e uma *claim* – *uma das funções da economia teórica é fornecer sistemas artificiais que permitam esses testes*. Adiante ocorre o salto indutivo (o *warrant*): *para que a “economia artificial” sirva a sua função, é essencial (qualifier) que ela se distinga ao máximo das discussões observadas nas “economias reais”, e que, portanto, qualquer modelo realmente útil será “irreal”*. Do *datum* para a *claim* torna-se difícil discordar de Lucas. Mas o ponto que os une – o *warrant* – e o grau de certeza associado a este – o *qualifier* – são no mínimo controversos.

Lucas (1980) parece distinguir dois tipos de realismo; (i) o “bom” realismo; que diz respeito à capacidade do modelo de mimetizar as respostas (consensualmente conhecidas) dadas pela economia quando expostas a choques, e; (ii) o “mau” realismo; que seria (aproximadamente) a busca por reprodução das características institucionais/comportamentais observáveis da realidade objetiva. Assim um bom modelo deve ser mais “realista” que um modelo ruim no sentido (i), mas não necessariamente (ou certamente?) no sentido (ii). Ou seja, em sua visão, as hipóteses/modelos não precisam ser “intuitivamente aceitáveis”. Trata-se de uma resposta (ainda que pouco consistente) aos críticos da economia neoclássica/walrasiana, que usualmente se utilizam de alguma variante do empirismo como norte, isto é, de desconfiança em relação às categorias de análise não-observáveis (ou, no caso da Economia, em potencial contradição com os fenômenos observados). Essa postura anti-empirismo justificará inicialmente o uso das hipóteses de equilíbrio contínuo dos mercados⁹, competição perfeita e das expectativas racionais¹⁰. Para Lucas nenhuma das três correspondia (ou deveria corresponder) à “realidade objetiva observável” e nem por ela poderiam ser falseadas. Tratando-se de princípios axiomáticos de análise. Essa preocupação em não ser realista no mau sentido aparece, por exemplo, em LUCAS (1975, p. 1132) quando o autor justifica a utilização das “ilhas de Phelps” em seu modelo; “*The introduction of separate, informationally distinct markets is not a step toward “realism” [...] but, rather, an analytical departure*

⁸ Para uma crítica severa ao instrumentalismo ver LAKATOS (1971, p. 95).

⁹ “*Cleared markets is simply a principle, not verifiable by direct observation, which may or may not be useful in constructing successful hypothesis about the behavior of these series*”. (LUCAS e SARGENT, 1979, p. 281).

¹⁰ “*Like utility, expectations are not observed, and surveys cannot be used to test the rational expectations hypothesis. One can only test if some theory, whether it incorporates rational expectations hypothesis or, for that matter, irrational expectations, is or not consistent with observations*”. (PRESCOTT, 1977, p. 30).

which appears essential (in some form) to an explanation of the way in which business cycles can arise and persist in a competitive economy”.

Mas como selecionar as premissas (“hipóteses”)? Em Friedman (1966[1953]), preferem-se aquelas que são mais simples (no sentido da navalha de Ockham) e mais frutíferas. Neste caso, não havendo um critério mais objetivo (afinal simplicidade não implica em equívoco da “complexidade”, e frutividade só é determinável *ex post*) temos que – ao menos potencialmente – “*anything goes*”. Ou pior, o sistema clássico/neoclássico/walrasiano é apenas um instrumento, e não uma verdade em si. Lucas preenche essa lacuna apresentando um critério mais específico: só são realmente científicas em Economia aquelas teorias assentadas nos exercícios de equilíbrio geral Arrow-Debreu-McKenzie. Trata-se de um expediente expositivo bastante ajustado para a média (ou, a maioria) dos economistas que somos, em geral, pouco interessados em debates filosóficos/metodológicos. Além disso, o esquema de Lucas torna o reconhecimento de hipóteses *ad hoc* quase instantâneo (o que, segundo Arida (1983), é exatamente uma das forças do método neoclássico).

Outro ponto; em Friedman (1966[1953]) – como de praxe no instrumentalismo – a utilidade de um modelo era mensurada a partir de sua capacidade de gerar boas previsões. Em Lucas (1980) o último ponto é inicialmente ignorado. E isso se deve a um fator fundamental; os modelos econométricos “keynesianos” que Lucas (1976) e Lucas e Sargent (1979) criticarão severamente por não se basearem em fundamentos de equilíbrio geral walrasiano (desrespeitando, assim, um critério fundamental de cientificidade) desempenhavam de maneira bastante satisfatória essa função¹¹ (ao menos para eventos de curto prazo). A capacidade preditiva é, pois, abandonada no discurso de Lucas. Obviamente que a simples replicação de fatos estilizados não é o critério final de cientificidade. É necessário que o modelo seja formal, que respeite os princípios microeconômicos de equilíbrio geral, e que, então, reproduza o comportamento conhecido da economia quando exposta a choques. A partir daí o modelo torna-se confiável para testes e variações que possam nos explicar questões mais complexas ou sugerir outras novas.

Em outra passagem, quando Lucas define o que entende por “teoria”, afirma:

[...] a “theory” is not a collection of assertions about the behavior of the actual economy but rather an explicit set of instructions for building a parallel or analogue system - a mechanical, imitation economy. A “good” model, from this point of view, will not be exactly more “real” than a poor one, but will provide better imitations. Of course, what one means by a “better imitation” will depend on the particular questions to which one wishes to answer. (LUCAS, 1980, p. 697)

Novamente, vê-se a distinção entre “bom” e “mau” realismo. E mais, o que Lucas está afirmando é que as críticas aos modelos só podem ser feitas também a partir de outros modelos. Sendo mais específico; críticas sobre irrealismo, simplificação exagerada da realidade, o fato de não se levar em conta tal ou qual característica fundamental do fenômeno, etc., nada significam a não ser que o crítico seja ele mesmo capaz de apresentar um modelo – ou *instruções para a construção de uma economia artificial* – que supra essas lacunas. De forma que só é relevante o metodologista que seja também um “cientista” (i.e., um prático do *hardcore* econômico). Essa postura serve para justificar o desprezo alimentado por muitos autores em relação aos trabalhos de metodologia feito por metodologistas. CHARI (1998, p. 15), por exemplo, ao elogiar Lucas afirma; “*I am hostile to methodological pieces; I prefer to read about work that has been done rather than to be preached at about how to do it*”. Extrapolando-se esse raciocínio somos levados a acreditar que Chari só se interessa por opiniões de *policy*, por exemplo, feitas por *policymakers* e não por acadêmicos que jamais colocaram suas ideias em prática (e ficam apenas “pregando” sobre a forma correta de fazê-lo). Ou que a importância da divisão do trabalho é relativa.

¹¹ “*I shall argue that the features which lead to success in short-term forecasting are unrelated to quantitative policy evaluation, that the major econometric models are (well) designed to perform the former task only, and that simulations using these models can, in principle, provide no useful information as to the actual consequences of alternative economic policies. [...] I hope I can succeed in disassociating the criticism which follows from any denial of the very important advances in forecasting ability recorded by the econometric models, and of the promise they offer for advancement of comparable importance in the future*”. (LUCAS, 1976, p.20)”.

“By the mid-1950s, econometric models had been constructed which fit time series data well, in the sense that their reduced forms [...] tracked past data closely and proved useful in short-term forecasting”. (LUCAS e SARGENT, 1979, p. 53).

Em outro artigo a definição de teoria é ainda mais instigante: “*I prefer to use the term 'theory' in a very narrow sense, to refer to an explicit dynamic system, something that can be put on a computer and run*” (LUCAS, 1988, p. 5).

Essas definições algo pueris têm uma dimensão significativa, não tanto por seu valor intrínseco, mas porque municia a nós economistas com um critério de demarcação o mais simples possível. Não precisamos perder tempo com ideias não formalizadas, nem com opiniões sobre política econômica que não sejam apresentados sob a forma computacional (isto é, explicitamente modeladas) e dentro de uma estrutura walrasiana de análise. Essa crítica se dirige tanto a alguns economistas (Lucas deve ter Axel Leijonhufvud em mente) como também aos *outsiders*. A exclusão (*ex ante*) dos não-economistas das discussões – especialmente sobre política econômica, área em que os *outsiders* são inevitavelmente mais numerosos – é particularmente atraente para os que admiram o caráter científico (seja ou não ele procedente) da disciplina. Se físicos, químicos, engenheiros, etc., não se preocupam com as opiniões de leigos, porque nós economistas deveríamos?

Enquanto na astronomia há espaço para contribuições vindas de não profissionais, em Economia isso não mais é possível, pois, segundo Lucas (1980), tudo o que era possível capturar dos fenômenos aparentes do funcionamento do processo econômico (apenas macroeconômico?) já fora suficientemente catalogado, de forma que nenhuma consideração puramente verbal poderá fazer avançar a teoria. O que limita o avanço do nosso conhecimento é simplesmente a limitação dos instrumentos computacionais que temos à nossa disposição. Assim os *outsiders* que podem contribuir são matemáticos, estatísticos e engenheiros, por exemplo, que desenvolvem – ainda que com objetivos totalmente diversos – instrumentos mais sofisticados aplicáveis ao nosso campo de estudo.

Há ainda um segundo fator determinante de mudanças na disciplina segundo Lucas (1980); **eventos econômicos** que alteram as questões centrais a serem respondidas e que colocam (potencialmente) em xeque as teorias vigentes (que potencialmente provocam mudanças, mas não necessariamente progresso).

A ideia de que os eventos econômicos estão diretamente correlacionados com as mudanças na teoria é algo controverso. Autores como Gordon & Okun (1980) defendem essa hipótese, enquanto Stigler (1960) a rejeita fortemente;

Lucas (1980) aponta duas datas fundamentais para a Macroeconomia; a Grande Depressão nos anos de 1930 e a Grande Estagnação de 1970.

A Crise dos anos 1930 teria provocado a morte do *business cycle* como praticado por Hayek (1933) e o nascimento da Macroeconomia de Keynes (1992[1936]). Essa distinção é claramente apresentada em Lucas (1977) e Lucas e Sargent (1979); enquanto o *business cycle* – ou a “macroeconomia clássica” – buscava explicar os fenômenos de curto prazo a partir de um esquema de equilíbrio walrasiano, com os mercados tendendo inexoravelmente ao equilíbrio de *market clearing* e com os agentes se comportando em consonância com a teoria neoclássica da escolha, Keynes (1992 [1936]) optara por determinar o produto apenas em cada ponto do tempo, desrespeitando ambos os princípios, utilizando-se de regras de bolso comportamentais e livrando-se da disciplina imposta pela hipótese de equilíbrio. Esse expediente teria sido aceito apenas por conta do ambiente econômico então vigente; a aparente contradição entre a teoria “clássica” e os fatos: a severidade e a longa duração da subutilização dos fatores produtivos. Isso teria tornado a comunidade dos economistas algo cética em relação à validade das ideias “clássicas”/equilibristas na explicação dos ciclos econômicos. Já a falha da teoria “clássica” estaria em sua incapacidade de explicar o fenômeno de existência de correlação positiva entre variáveis nominais e reais no curto prazo. Como também na então evidente possibilidade de se recuperar o nível de atividade a partir da expansão dos gastos do governo. Estava assim montado o palanque para Keynes.

Lucas não é capaz de associar o keynesianismo da síntese neoclássica com um desvio improdutivo na disciplina. Mas sua explicação para a vitória, persistência e progresso na disciplina deve-se não ao gênio de Keynes, mas sim aos fatores computacionais que permitiram a transformação de seu sistema de análise em uma economia artificial com maior grau de falseabilidade que os esquemas rivais. Quais sejam; a “tradução” matemática feita por Hicks (1937) e Modigliani (1944) e a aplicação dos métodos econométricos desenvolvidos por Ragnar Frisch e Jan Tinbergen a esse modelo. A primeira replicava de forma satisfatória os ciclos de forma qualitativa, enquanto a segunda permitia a checagem quantitativa dos resultados a partir das séries de tempo então disponíveis.

A estagflação, por seu turno, se destacaria por ter falseado o keynesianismo em sua expressão primordial na interpretação (retórica) de Lucas: a Curva de Phillips do tipo Menu (i.e., a hipótese de existência de um *trade off* explorável entre nível de atividade e variação no nível geral de preços). A coexistência de altas taxas de inflação e significativa ociosidade dos fatores produtivos seria inexplicável a partir daquele *framework*. Tornando um programa de pesquisa degenerado, o Keynesianismo abriu espaço para o sucesso dos Novos Clássicos, capazes de explicar tanto o *trade off* de curto prazo, como a aparente aberração então observada. É neste ponto que Lucas insistirá na **generalidade** da agenda clássica¹². A aparente limitação e/ou contradição do modelo de equilíbrio geral walrasiano com os fatos estilizados do *business cycle* havia sido superada graças ao trabalho de autores como John Nash, John Hicks e, em especial, Kenneth Arrow e Gerard Debreu;

It is now routine to describe an economy following a multivariate stochastic process as being “in equilibrium” is meant nothing more than that at each point in time postulates (a) [*that markets are assumed to clear*] and (b) [*that agents be assumed to act in their own self-interest*] [...] are satisfied. This development, which stemmed mainly from work by K. J. Arrow [...] and G. Debreu [...], implies that simply look at any economic time series and conclude that it is a “disequilibrium phenomenon” is a meaningless observation. Indeed, a more likely conjecture, on the basis of recent work by Hugo Sonnenschein [...], is that the general hypothesis that a collection of time series describes an economy in equilibrium is *without content*. (LUCAS e SARGENT, 1979, p. 58-9. Ênfase no original).

Sobre os fundamentos computacionais que permitiram essa “evolução”;

These theoretical developments are based on a wide variety of results in economics, mathematics, and statistics: the contingent-claim view of economic equilibria introduced by Arrow (1953) and Debreu (1959), the economic applications of the calculus of variations pioneered long time ago by Ramsey (1928) and Hotelling (1931), the theory of dynamic programming of Bellman (1957) and Blackwell (1965). (LUCAS, STOCKEY & PRESCOTT, 1989, p. 3).

Note-se a utilização feita por Lucas dos eventos econômicos históricos. A Grande Depressão permitiu o nascimento do keynesianismo pelo fato de as limitações computacionais existentes àquela época, parecerem colocar em contradição o modelo e o método equilibrista/clássico de análise com a mais óbvia das realidades (persistente e significativa ociosidade dos fatores). Já a estagflação, por seu turno, falseou sem sombra de dúvidas todo o keynesianismo, de suas mais prosaicas premissas até a mais ousada das conclusões. De forma que não haveria, assim, saída a partir daquele *framework*, era necessário abandoná-lo e “converter-se” ao credo “clássico”¹³. É pena Lucas não nos informar quando a conjuntura histórica falseia de fato ou em aparência determinadas teorias.

II – O Keynesianismo em Lucas

Lucas utiliza-se do termo “Keynesianismo” – e suas variantes – de forma muito pouco cuidadosa em seus artigos doutrinários¹⁴. Pode-se especular que essa falta de cuidado é apenas uma desatenção, supondo-se que o termo é autoexplicativo, ou de que se trata de um expediente retórico intencional. Acreditamos na última hipótese. Isso pois “Keynesianismo” pode se referir: (1) às idéias do próprio Keynes; (2) às escolas de pensamento derivadas d’A *Teoria Geral*; (3) a uma visão apriorística sobre os problemas do funcionamento de uma economia de mercado¹⁵, ou; (4) a um determinado conjunto de políticas econômicas

¹² “These models do succeed in their twin objectives. They provide examples of monetary economies in which money has the kind of long-run neutrality that the Friedman-Phelps requires, yet retains the capacity to induce short-run disruptions of the sort documented by Friedman and Anna J. Schwartz (1963)”. (LUCAS, 1981, p. 562).

¹³ “I [...] argue [...] that the most rapid progress toward a coherent and useful aggregate economic theory will result from the acceptance of the problem statement as advanced by the business cycle theorists, and not from further attempts to refine the jerry-built structures which Keynesian macroeconomics has led us.” (LUCAS, 1977, p. 8).

¹⁴ De Vroey (2010) também analisa essa questão.

¹⁵ “Old and New Keynesians share skepticism in the invisible hand’s ability to maintain full employment. They both see business cycle as a type of economy-wide market failure”. (MANKIW, 1992, p. 2).

(e ao papel do Estado)¹⁶. Mesmo existindo intersecções, essas definições não são coincidentes. E Lucas refere-se a todas elas indiscriminadamente. Mas ao tratar o “Keynesianismo” no sentido mais amplo possível, tem-se um alvo igualmente o mais amplo e, conseqüentemente, o mais frágil possível. A transformação do sistema adversário em uma espécie de caricatura é um dos expedientes mais rotineiros utilizados nas controvérsias. Se Adam Smith assim o fizera com os “mercantilistas” e Keynes com os “clássicos”, Lucas parece repeti-los com os “keynesianos”.

Analisando-se os trabalhos de Lucas o que se observa é que ele distingue implícita ou explicitamente as seguintes categorias; (i) há dois Keynes; (ii) três ‘Sínteses Neoclássicas’, e; (iii) duas Macro do Desequilíbrio.

3.1 – Lucas sobre Keynes

Em termos gerais a percepção que Lucas tem dos trabalhos de Keynes pode ser resumida na seguinte sentença: “*I think Keynes’s actual influence as a technical economist is pretty close to zero [...]*” (LUCAS *apud* USABIAGA, 1999, p. 180). Ao contrário de Milton Friedman, Lucas não nutre qualquer admiração intelectual por Keynes. E as únicas palavras elogiosas que Lucas dirigirá a ele, surgirão em momentos em que busca **argumentos de autoridade** para corroborar sua interpretação da história ou de pontos específicos da disciplina. Em Lucas (1980), por exemplo, lê-se;

Another example of pre-Keynesian business cycle theory [...] is John Maynard Keynes’s *Treatise on Money*. [...] *Treatise* leads to a very stained reading of what seems to me a fairly straightforward example of pre-Depression thinking of business cycle. The main objective of the book is try to understand fluctuations in economic activity about a secular trend in which real magnitudes are determined by the real considerations of neoclassical value theory and in which nominal prices are governed by the quantity theory of money. [...] the book deals in an intelligent way with the fundamental problems business cycle raise. (LUCAS, 1980, p. 699).

Já em LUCAS & SARGENT (1979, p. 55) os autores se referem a Keynes quando discutem as conseqüências nefastas das expectativas modeladas como um processo auto-regressivo; “*The casual treatment of expectations is not a peripheral problem in these models, for the role of expectations is pervasive in the models and exerts massive influence in their dynamics properties (a point Keynes himself insisted on)*”. Assim, sabemos que são importantes as questões sobre as quais Keynes insistia quando elas coincidem (ainda que de forma bastante vaga) com as de Lucas, quando tal coincidência não ocorre, tratam-se de equívocos.

Da *Teoria Geral* nada de relevante pode ser obtido. Sobre a determinação do nível de emprego, diz;

Keynes chose to begin the General Theory with the declaration (for Chapter II is no more than this) that an equilibrium theory was unattainable: that unemployment was not explainable as a consequence of individual choices and that the failure of wages to move as predicted by the classical theory was to be treated as due to forces beyond the power of economic theory to illuminate. (LUCAS, 1977, p. 11-2).

Lucas trata o termo *equilibrium theory* como sinônimo de aparato analítico derivado do equilíbrio geral walrasiano (ou, como na citação de Hayek; *Lausanne School of theoretical economics*), de forma que aquele que não adere a esse instrumental deve se contentar com modelos de equilíbrio parcial e necessariamente inferiores. Assume-se como impossível formular um modelo de quantidades, preços, ações e expectativas interdependentes em uma forma alternativa. Isso é condizente com a interpretação que Lucas tem sobre os “instrumentos” da análise neoclássica. Que Keynes rejeitou o método de Walras é inquestionável, mas que ele rejeitou a ideia de “*interdependence of all quantities*” (LUCAS, 1977, p. 7) está longe da realidade. Ainda que Keynes (1992[1936]) não tenha apresentado um modelo de equilíbrio geral explícito, seu raciocínio é baseado na “interdependência” das variáveis, de curto e de longo prazo (inclusive as expectativas). E na *Teoria Geral* Keynes deixa clara sua discordância com a existência de um único

¹⁶ “[...] while old and new Keynesians may disagree upon the exact form of their policy recommendations, they would agree generally that government intervention is at least sometimes (many would argue frequently) desirable to stabilize the level of economic activity”. (GREENDWALD & STIGLITZ, 1993, p. 23).

equilíbrio para o produto, emprego e salários, pois; “*a demanda efetiva, em vez de ter um único valor de equilíbrio, comporta uma série infinita de valores igualmente admissíveis*” (KEYNES, 1992, p.39). Assim, o que Keynes faz é simplesmente sugerir uma forma alternativa de equilíbrio. E enquanto o equilíbrio estático de Schumpeter (1939) e Hayek (1933) comportava um único ponto de repouso, perturbado por fatores exógenos. Keynes afasta a ideia de equilíbrio único, atrator irresistível das quantidades observadas.

A intenção de Lucas é mostrar Keynes (1992[1936]) como um autor displicente metodologicamente, inimigo de qualquer forma de equilíbrio; o que é obviamente uma forma de **mudança de modo**. E mais, são recorrentes as passagens nas quais Lucas critica os inimigos da (sua) tradição equilibrista por se aterem a uma versão anacrônica do termo;

When Keynes wrote, the terms "equilibrium" and "classical" carried certain positive and normative connotations which seemed to rule out either modifier being applied to business cycle theory. The term "equilibrium" was thought to refer to a system "at rest," and both "equilibrium" and "classical" were used interchangeably, by some, with "ideal." Thus an economy in classical equilibrium would be both unchanging and unimprovable by policy interventions (...) In recent years, the meaning of the term "equilibrium" has undergone such dramatic development that a theorist of the 1930s would not recognize it. It is now routine to describe an economy following a multivariate stochastic process as being "in equilibrium," [...]. (LUCAS & SARGENT, 1979, p. 58).

Dois pontos; **(i)** se o conceito clássico de equilíbrio foi suplantado dado que inconsistente/insuficiente quais seriam as razões científicas para que Keynes ou qualquer outro autor se mantivesse fiel a ele? Lucas parece esquecer de suas próprias palavras; “*Is it the task of modern theoretical economics to “explain” the theoretical constructs of our predecessors, whether or not they have proved fruitful? I hope not, for a surer route to sterility could scarcely be imagined*” (LUCAS, 1978, p. 354). Lucas acaba por sugerir que Keynes se opunha a um conceito que sequer existia àquela época. Ainda que o aparato analítico de Lucas se baseie no walrasianismo, trata-se de um walrasinismo inexistente em 1936. Será que Keynes se oporia ao modelo de Arrow-Debreu? É provável que sim (*extrapolando-se o pensamento de Keynes como apresentado em 1936*), mas essa é uma pergunta sem a mais remota possibilidade de resposta definitiva (*não se poderá jamais saber o que Keynes estaria pensando em 1954*). Tem-se aí uma estratégia retórica que embaralha a ampliação indevida, homonímia sutil e mudança de modo.

Quando diz que o *desemprego não é explicável como consequência das escolhas individuais* Lucas demonstra ou pouco conhecimento ou má vontade em relação ao texto de Keynes. Ao afirmar que “*unemployment was not explainable as a consequence of individual choices*”, sugere-se que o autor apela para fatores metafísicos ou para além do escopo da economia para explicar o fenômeno. O capítulo II ao qual Lucas se refere apresenta e discute os dois resultados tradicionais de um problema de maximização de curto prazo para a firma e o trabalhador representativo, cuja denominação dada por Keynes é a de ‘*os postulados da economia clássica*’. Quais sejam: **(i)** “*o salário [real] é igual ao produto marginal do trabalho*”, e; **(ii)** “*a utilidade do salário [...] é igual à desutilidade marginal do trabalho* (KEYNES, 1992, p. 25). Toda a argumentação de Keynes nesta seção se resume a rejeitar o segundo postulado, mantendo o primeiro como válido. O autor afasta **(ii)** baseando-se nas seguintes afirmações: **(a)** reduções nos salários reais via redução dos salários nominais ou do aumento do nível de preços têm impactos distintos sobre o comportamento dos trabalhadores e sindicatos, e; **(b)** os trabalhadores não têm a capacidade de determinarem, através de negociação, os seus salários reais.

O argumento **(a)** é usualmente interpretado como um apelo à ilusão monetária, quando na verdade se assenta em consideração sobre “*status*”. A hipótese de Keynes é a de que um aumento no nível geral de preços empobrece a todos os trabalhadores de uma forma (aproximadamente) igual, ao passo que uma redução dos salários nominais empobrece uma dada categoria face às demais, já que não existem mecanismos em uma economia descentralizada que garanta reduções equiporcionais nos salários nominais de todas as categorias de trabalhadores. Essa argumentação é intratável do ponto de vista de um único agente representativo, já que demanda a existência de algum salário de referência.

O que Keynes (1936) busca com esses argumentos é simplesmente racionalizar a partir do comportamento de trabalhadores e sindicatos representativos, o fato estilizado citado por Lucas & Sargent (1979): uma expansão monetária está associada (*dentro de determinados limites e casos*) a uma expansão no nível de produto e emprego. Por isso a ênfase do autor de que os trabalhadores desempregados não

deixariam de procurar trabalho no caso de um maior nível de preços para um dado salário nominal, como tampouco os trabalhadores empregados abandonariam seus postos diante de tais circunstâncias. Keynes busca afastar a idéia de que variações nominais com salários nominais e relativos estáveis afetariam a curva de oferta de trabalho. O autor não apresenta uma alternativa clara, mas tem-se a impressão de que para Keynes, a partir do nível de reserva, a decisão de ofertar ou não trabalho seria virtualmente inelástica em relação aos salários reais. Mesmo sendo uma hipótese equivocada, não se trata de um apelo à metafísica ou instâncias inatingíveis pela Ciência Econômica: é uma afirmação simples e científica, posto que testável e refutável. Não custa lembrar que a hipótese explicativa de Lucas para este mesmo fenômeno – confusão entre variações no nível geral de preços e variações nos preços relativos – também foi abandonada¹⁷, e nem por isso parece razoável chamá-lo de metafísico.

Assim, ao contrário dos Clássicos (e Novos Clássicos e autores do RBC) para Keynes a questão não estava na oferta, mas sim na demanda por trabalho. Keynes (1936) ‘transfere a responsabilidade’ do desemprego dos trabalhadores para os empresários. Há desemprego involuntário – isto é, há trabalhadores dispostos a trabalharem por salário igual ou inferior ao praticado por seus semelhantes igualmente produtivos – por que há deficiência de demanda agregada, provocada pelo baixo nível de investimentos. E esse baixo nível de investimentos se relaciona, como se bem sabe, as questões ligadas à incerteza e preferências pela liquidez. E as decisões tomadas sob o peso daquelas duas variáveis são ‘ótimas’ do ponto de vista individual, mas não o são no agregado, daí a necessidade de o Estado romper esse ciclo vicioso através dos seus gastos autônomos.

Quando fala sobre uma suposta falha dos salários de se moverem de acordo com as previsões da teoria clássica Lucas (1977) mostra um desconhecimento (proposital?) do texto de Keynes. Keynes supunha – em linhas com o que chamava “economia clássica” – que os salários reais eram contra-cíclicos. Diz: *os salários reais e o volume de produção (e, portanto, de emprego) são correlacionados de uma única forma, de tal modo que, em termos gerais, um aumento do emprego só pode ocorrer simultaneamente com um decréscimo da taxa de salários reais* (KEYNES, 1992, p. 33). Viner (1936) também já apontava as falhas desse raciocínio. Essa hipótese, como mostra Sweezy (1934) ao analisar o livro de Pigou (*The Theory of Unemployment*) é simplesmente uma forma mais sofisticada da ideia de fundos de salários, os quais sendo fixos (isto é, a quantidade de bens de consumo de assalariados sendo dada), só seria possível aumentar o emprego no curto prazo reduzindo-se o salário real em termos desses bens. Neste ponto Keynes (1936) foi o mais tradicional ou conservador possível. E mais; se está longe de ser clara a existência de uma correlação estável e previsível entre salários reais e os ciclos econômicos, fica-se na dependência de especificidades conjunturais, do nível de abrangência e de agregação e outros fatores. Isso, aliás, é adiantado mesmo por LUCAS (1977, p. 17); *“Observed real wages are not constant over the cycle, but neither do they exhibit consistent pro- or countercyclical tendencies”*.

3.2 – Lucas sobre o Keynesianismo da Síntese Neoclássica.

A atitude de Lucas em relação ao Keynesianismo da Síntese Neoclássica é ambivalente: de um lado o autor elogia os esforços desenvolvidos durante sua vigência para a transformação da Macroeconomia em uma disciplina científica¹⁸, por outro apresenta uma versão caricata daquele episódio¹⁹. Parte dessa ambivalência pode ser explicada pelo fato de Lucas dividir implicitamente aquela escola em três blocos. Havia a **teoria econômica “adequada”** de John Hicks, Paul Samuelson e Don Patinkin, os quais buscaram desenvolver uma macroeconomia matemática, walrasiana de maximização intertemporal (Isso permite que Lucas (1972) utilize-se do modelo de gerações sobrepostas do tipo Samuelson (1958), que Lucas (1975) parta do modelo neoclássico de crescimento do tipo Solow (1956), ou que Lucas & Rapping (1969) utilizem-se de pontos

¹⁷ Ver Svensson (1996).

¹⁸ *“The Keynesian Revolution was [...] a revolution in method. [...] Yet if one does not view the revolution in this way it is impossible to account for some of its most important features: the evolution of macroeconomics into a quantitative, scientific discipline, the development of explicit statistical descriptions of economic behavior, the increasing reliance of government officials on technical economic expertise, and the introduction of the use of mathematical control theory to manage the economy”*. (LUCAS & SARGENT, 1979, p.50).

¹⁹ Ver Friedman (1979).

de Patinkin (1956), etc.). Havia também a **teoria econômica “tolerável”** associada aos desenvolvimentos do instrumental IS-LM nas linhas de Hicks-Modigliani. Ainda que esse modelo não seja adequado, Lucas aponta-lhe duas características importantes; em primeiro lugar ele foi capaz de transformar as ideias da *Teoria Geral* em um conjunto de “instruções explícitas para a construção de uma economia artificial”; algo por definição (de Lucas, entenda-se) superior aquilo feito por Keynes (1992[1936]), além disso, o *framework* também estimulou o desenvolvimento de teorias microfundamentadas²⁰. A impressão que o autor passa é que o modelo foi um momento importante na modelagem econômica, admirando sua capacidade de síntese.

Bailey’s book moves right along. He’s got a Keynesian cross in nine pages. He’s got a well-motivated IS-LM diagram by page 20. He’s got a production sector and a labor market by page 35. It took Patinkin to page 343 to get to that point! So, Bailey is speeding things up by a factor of ten. And he’s getting the mathematical structure of the model clear. You can count equations and unknowns. You can see what the predictions of Bailey’s model are. You have to make some assumptions, but you can work with the model. [...] When I began to teach at Carnegie, I took Bailey’s book [*National Income and the Price Level*], his version of IS-LM, as kind of standard stuff. This is the theory, the accepted theory that everyone should know, that it was my job to teach to graduate students, and did. I also held on to Patinkin’s ambition somehow, that the theory ought to be microeconomically founded, unified with price theory. I think this was a very common view. [...] Nobody was satisfied with IS-LM as the end of macroeconomic theorizing. The idea was we were going to tie it together with microeconomics and that was the job of our generation. Or to continue doing that. That wasn’t an *anti*-Keynesian view. You can see the same ambition in Klein’s work or Modigliani’s. (LUCAS, 2003, p. 16-20)

A tolerância ao modelo IS-LM também serve para que Lucas marque posição em relação a Leijonhufvud (1968), crítico do modelo e então expoente da Macroeconomia do Desequilíbrio e do fazer econômico discursivo. Ao final dos anos 1960, início dos 1970, o modelo IS-LM passou a ser alvo de críticas não só de autores avessos ao keynesianismo, mas principalmente por um grupo cada vez maior de keynesianos “ortodoxos”. Como bem coloca Patinkin (1988) há duas questões (e, portanto, linhas de defesa e de crítica) a serem feitas sobre o modelo; **(1)** ele é uma representação válida da Teoria Geral? **(2)** Ele é um aparato analítico útil para compreender as flutuações? Enquanto (1) atraiu (e ainda atrai) a atenção de todas as espécies de keynesianos, para os Novos Clássicos ele é irrelevante, ou melhor, é assumido como verdadeiro²¹. Já sobre (2), como já mencionado, Lucas afirma que o modelo “fitava” os fenômenos dos ciclos de modo satisfatório (em termos qualitativos²²). De forma que o que fica subentendido é que o modelo foi útil em determinado instante do tempo, mas tornou-se anacrônico.

Sobre (1) esses autores afirmavam que o esquema era um “keynesianismo bastardo”, uma leitura simplista e equivocada da Teoria Geral. E sobre (2) dizia-se que não, não era útil, sendo na verdade um obstáculo ao desenvolvimento de uma teoria apropriada. Como as críticas keynesianas eram suficientemente severas – o que parecia confirmar a obsolescência do modelo – Lucas podia livrar-se dessa polêmica.

There is certainly, much interest in *General Theory* that is not captured in Hick’s diagram or Modigliani’s equation system, a fact that led Axel Leijonhufvud [...] to view the “Keynesian Economics”, which was later based mainly on these early interpretations, as a kind of vulgarization of the *General Theory*. While there is some truth, forcefully developed in Leijonhufvud’s monograph [...], in this view, it misses what I believe to be more essential truth [...] that progress in economic thinking means getting better and better abstract, analogue economic models, not better verbal observations about the world. [...]. To extract from the *General Theory* a simple graphical method for thinking about national income determination is not, I believe, to vulgarize its contribution. Vulgarity in economics would more appropriately be defined as criticizing or caricaturing an abstract (and hence potentially useful) model because it leaves something out. (LUCAS, 1980, p. 700).

²⁰ Esse ponto é reconhecido por Lucas e Sargent (1979, p. 54) em resposta às críticas de Friedman (1979, p. 75).

²¹ “I remember when Leijonhufvud’s book came out and I asked my colleague Gary Becker if he thought Hicks had got the *General Theory* right with his IS-LM diagram. Gary said, “Well, I don’t know, but I hope he did, because if it wasn’t for Hicks I never would have made any sense out of that damn book.” That’s kind of the way I feel, too, so I’m hoping Hicks got it right”. (LUCAS, 2003, p. 13).

²² Ver Lucas (1977, p. 10).

Havia, por fim, a **teoria econômica “grosseira”**, a qual diz respeito a uma versão caricata da Síntese Neoclássica: ausência absoluta e incompatibilidade total com os princípios microeconômicos. O Keynesianismo nesta última visão se resumiria à Curva de Phillips tipo “Menu” e a Macroeconometria Keynesiana.

A chamada “Crítica de Lucas” – exposta originalmente em *working paper* datado de 1973, apresentada sob a forma de artigo em Lucas (1976) e retomada em Lucas & Sargent (1979) – é um dos pontos mais conhecidos, mais importantes e de maior amplitude de sua contribuição metodológica.

O artigo de 1976 é particularmente técnico, nele não aparecem os expedientes retóricos utilizados em abundância em Lucas & Sargent (1979). Uma primeira diferença; enquanto Lucas e Sargent (1979) referem-se exaustivamente à “Macroeconometria Keynesiana” (tal que os vícios da disciplina se devessem inteira e exclusivamente a Keynes e aos keynesianos) Lucas (1976) refere-se a “*the theory of economic policy*”, sem menção a uma ou outra escola específica. O complemento “Keynesiana” é de tal forma impreciso, que Lucas & Sargent (1979, p. 52) acabam por confessar;

Our discussion to this point has been at a high level of generality, and the formal considerations we have reviewed are not in any way specific to *Keynesian* models. The problem of identifying a structural model from a collection of economic time series is one that must be solved by anyone who claims the ability to give quantitative economic advice. The simplest Keynesian models are attempted solutions to this problem, as are the large-scale versions currently in use. So, too, are the monetarist models which imply the desirability of fixed monetary growth rules. (LUCAS & SARGENT, 1979, p. 52).

Desnecessário se alongar sobre os pontos da crítica. Basicamente o que Lucas (e Sargent) afirma é que os modelos “keynesianos”, apesar do bom desempenho nas previsões de curto prazo, eram inúteis para análises de bem estar. Isso porque os parâmetros estimados não eram realmente estruturais, mas sim endógenos à política econômica vigente²³, de forma que variações de *policy* afetariam seus valores de forma não previsível, tornando os exercícios de análise de contrafactuais sem qualquer sentido prático ou teórico. O problema, porém, não se restringia a um equívoco superável no campo da Econometria; sua origem estava na má teoria econômica que lhe sustentava. Teoria aquela que não respeitava os princípios da microeconomia walrasiana e cujas hipóteses expectacionais eram injustificáveis a partir daqueles “primeiros princípios”. A única forma de se obter parâmetros estruturais era a partir de exercícios cujo comportamento dos agentes fosse determinado pela tecnologia da sociedade, preferências – ambos fatores pouco dados à variações significativas – e antecipações do futuro. E essas antecipações deveriam obedecer aos princípios fundamentais da economia (como a ausência de rendas no longo prazo). Assim, a hipótese de racionalidade de Muth (1961), a crítica econométrica de Lucas (1976) e a busca por modelo equilibrista de *business cycle* em Lucas (1975) são parte da solução proposta para um mesmo problema.

Tais considerações sobre o comportamento dos parâmetros não foram descobertos por Lucas, ele próprio sugere que aquelas ideias estavam presentes de forma mais ou menos explícita nos trabalhos Knight nos anos 1930, Friedman nos anos 1950, e Muth, nos 1960. Mesmo em sua resenha à Teoria Geral, HICKS (1936, p. 241) já adiantava; “*It is unrealistic to assume that an important change in data - say the introduction or extension of a public works policy - will leave expectations unchanged, even immediately*”. Ou ainda, como afirma FISCHER (1983 p. 271): “*The general point made by the critique is correct and was known before it was so eloquently and forcefully propounded by Lucas*”.

As regras do tipo adaptativas até então utilizadas, inclusive por Monetaristas, pareciam apropriadas, afinal, as principais séries macroeconômicas seguem um processo auto-regressivo de baixa ordem. Mas esse método de formação de expectativas produz estimadores viesados e não eficientes, de modo que é possível obter ganhos com projeções mais sofisticadas. Além disso, não há nada na teoria econômica que justifique esse tipo de comportamento por parte dos agentes. Para Lucas, só a hipótese de Muth (1961) fornecia uma base operacional suficientemente sofisticada e em linhas com a teoria econômica (agentes maximizadores de informações).

²³ Nas palavras do autor: “*This essay has been devoted to an exposition and elaboration of a single syllogism: given that the structure of an econometric model consist of optimal decision rules of economic agents, and that optimal decision rules vary systematically with changes in the structure of series relevant to the decision maker, it follows that any change in policy will systematically alter the structure of econometric models*”. (LUCAS, 1976, p. 41).

Mas o discurso de Lucas vai além das especificidades técnicas. Lucas & Sargent (1979) iniciam o texto da seguinte forma:

For the applied economist, the confident and apparently successful application of Keynesian principles to economic policy which occurred in the United States in the 1960s was an event of incomparable significance and satisfaction [...]. In the present decade, the U.S. economy has undergone its first major depression since the 1930s [...]. These events did not arise from a reactionary reversion to outmoded “classical” principles of tight money and balance budgets. On the contrary, they were accompanied by massive governmental budget deficits and high rates of monetary expansion: policies which, although bearing an admitted risk of inflation, promised according to modern Keynesian doctrine rapid real growth and low rates of unemployment. That these predictions were wildly incorrect, and that doctrine on which they were based is fundamentally flawed, are now simple matters of fact, involving no novelties in economic theory. (LUCAS & SARGENT, 1979, p.49)

Os autores tratam a política econômica (e seus resultados) como escola de pensamento, de forma que o fracasso do Keynesianismo é verificável através dos “fatos” (mau desempenho da economia americana nos anos 1970). O uso dos adjetivos é primoroso: os princípios clássicos “reacionários” seriam aqueles associados ao aperto monetário e orçamento equilibrado, enquanto os “déficits massivos” e as “altas taxas de expansão monetária” devem ser creditadas ao “keynesianismo”. Qualquer pessoa de “bom senso” (ou da *universal audience* “econômica”) há de preferir um controle cuidadoso da oferta monetária e um orçamento equilibrado, ao caso inverso. Aliás, é difícil que algum economista declare-se publicamente a favor – excluindo-se situações muito particulares – que o governo se endivide massivamente e imprima moeda em grande volume.

Note-se que quando falam do período de sucesso dos princípios “keynesianos”, os autores fazem questão de tratá-lo como “aparente”. Em outras palavras: o desempenho econômico foi bom *apesar* do Keynesianismo, sugerindo, pois, que uma conjunção de fatores exógenos o tornou possível. Ou seja, os “fatos” servem para mostrar que o Keynesianismo é equivocado, mas os “fatos” não são capazes de provar o oposto. Tal afirmação também sugere que aquela situação depressiva poderia ter sido evitada apenas com o uso da “boa teoria econômica”, o que não parece particularmente crível. Mais uma vez Lucas não nos informa qual o critério que determina quando o desempenho econômico contradiz em aparência ou em essência uma dada teoria.

Trata-se de um expediente perigoso associar as tendências de curto e médio prazo do produto e do emprego aos resultados de uma “boa/melhor” ou “má/pior” teoria econômica. Além disso, é pouco razoável creditar toda a culpa da crise de 1970 ao “Keynesianismo”, fixando-se no mundo das ideias e esquecendo-se das variáveis históricas e materiais²⁴.

Quais foram, afinal, as causas da estagflação? Essa é uma questão com uma resposta não trivial. A mais corriqueira a associa aos dois choques do petróleo ocorridos nos anos 1970²⁵ e a política monetária e fiscal expansionistas que os acompanhou, enquanto outras, algo revisionistas, como Barsky e Killian (2002), a creditam a crise exclusivamente à expansão monetária. A questão fundamental é que não há consenso, de forma que não é robusto – ou é simplesmente “retórico” no mal sentido da palavra – apontar uma única causa “evidente”.

Esquecendo-se da História, e voltando para o campo das ideias, a visão de Lucas de “Keynesianismo como Curva de Phillips tipo Menu” é também questionável. Diz o autor; “*The inference that permanent inflation will therefore induce a permanent economic high is no doubt [...] ancient, yet is only recently that this notion has undergone the mysterious transformation from obvious fallacy to cornerstone of the theory of economic policy*” (LUCAS, 1976, p. 19). Uma questão fundamental é determinar como se deu essa *transformação misteriosa*. Isso é particularmente curioso, pois uma das críticas mais usuais aos “velhos” keynesianos diz respeito ao excesso de confiança na política fiscal e o “desprezo” pela monetária²⁶ como

²⁴ Ver Seidman (2005)

²⁵ BLINDER (1982, p. 276) afirma, por exemplo: “*The explanation of inflation in the 1970s that I and others have propounded fundamentally revolves around food shocks (in 1973-74 and 1978) and energy shocks (in 1973-74 and 1979)*”.

²⁶ MANKIWI (1991, p.6), por exemplo, afirma; “*Dubious Keynesian Proposition #4: Fiscal Policy is a powerful tool for economic stabilization, and monetary policy is not very important*”.

meio de controle da demanda agregada. Como explicar, então, a transformação da regra monetária do tipo “menu” no próprio “Keynesianismo”?

A Curva de Phillips foi bem aceita entre os keynesianos neoclássicos por alguns motivos, dentre os quais destacamos: **(a)** como afirma Modigliani (1977, p.3), aceitar a curva de Phillips significava negar a existência de um único equilíbrio ao nível de pleno emprego, de tal forma que era válida a hipótese de Keynes da existência de uma constelação de “equilíbrios” possíveis; **(b)** a curva mostrava ser procedente a sugestão de Keynes de que uma política monetária expansionista era capaz de eliminar o desemprego involuntário, o que significa que não existe ajustamento automático das variáveis nominais; **(c)** preenchiam-se as lacunas existentes no modelo IS-LM: a supressão do mercado de trabalho e a indeterminação do nível de preços, e; **(d)** a relação estável e ao longo de um significativo intervalo de tempo encontrada entre as variáveis na Inglaterra e nos Estados Unidos era forte demais para ser ignorada.

No trabalho de Phillips (1958) toda a argumentação se baseia, grosso modo, no seguinte ponto: o salário como qualquer outro preço, movimentava-se de acordo com o excesso de demanda observado no mercado, cuja *proxy* no caso é a taxa de desemprego. Trata-se de um artigo com pretensões modestas²⁷; *“The purpose of the present study is to see whether statistical evidence supports the hypothesis that the rate of change of money wage rates in the United Kingdom can be explained by the level of unemployment and the rate of change of unemployment”*. E conclusão também modesta: *“The statistical evidence [...] seems in general to support the hypothesis [...] that the rate of change of money wage rates can be explained by the level of unemployment and the rate of change of unemployment [...]”* (PHILLIPS, 1958, p. 284).

Fica claro que Phillips (1958) não indica sua curva como uma possível ‘pedra de toque da política econômica’. A única sugestão de menu possível de ser retirada deste artigo é quando em sua conclusão o autor sugere que de acordo com os resultados obtidos (excluindo-se os anos de rápido crescimento no nível de preços e assumindo-se um crescimento de 2% a.a. da produtividade) para manter a demanda agregada a um nível compatível com a estabilidade de preços, o desemprego deveria ser pouco inferior a 2.5%. Já para se manter a demanda agregada a um nível compatível com a estabilidade das taxas de salário, o desemprego deveria ser algo como 5.5%. Mas mesmo ao traçar estes cenários o autor afirma: *“These conclusions are of course tentative. There is need for much more detailed research into the relations between unemployment, wage rates, prices and productivity”*. (PHILLIPS, 1958, p. 299).

Em Phillips (1962) o autor apresenta uma visão igualmente parcimoniosa. E novamente não há qualquer sugestão de “menu”. Em primeiro lugar, o autor se mostra avesso ao inflacionismo – *The average rate of rise of the retail price index between 1948 and 1960 was 3.7 per cent. per annum. There would be fairly general agreement that this rate of inflation is undesirable* (PHILLIPS, 1962, p. 1) -, como também repercutiu um dos “equivocos” do velho keynesianismo sobre a política monetária; *“My conclusion concerning monetary policy is thus similar to that of the Radcliffe Committee; “... monetary measures cannot alone be relied upon to keep in nice balance an economy subject to major strains from both without and within. Monetary measures can help, but that is all”* (PHILLIPS, 1962, p.9)). Sobre a relação entre inflação (salarial ou de preços) e desemprego, temos as seguintes considerações;

These [...] relations are not, of course, behaviour relations, but they are valid relations for prediction purposes. [...] The relation I obtained is best considered as a prediction relation of this sort. [...] It seems that if the average level of unemployment were kept at a little less than $2\frac{1}{2}$ per cent. the average rate of increase in wages over a period of years could be expected to be about 2 per cent. per annum [...] If it is true that such a relation holds we are faced with a difficult choice. Then we can only reduce inflation [...] at the cost of higher unemployment. I think such a relation does hold now, and unless it can be changed we shall probably move towards a compromise solution with a rather higher average level of unemployment than in the past few years and a lower, though not zero, speed of inflation; perhaps about 2 per cent. unemployment with about 1 per cent. per year rise in prices. (PHILLIPS, 1962, p. 11-2.).

Forçoso imaginar que alguém que propõe uma inflação de 1% a.a. possa ser considerada “inflacionista”. Trata-se de uma taxa inferior àquela perseguida pelos Bancos Centrais dos países desenvolvidos (2% a.a.)²⁸.

²⁷ Ou, como afirma LEESON (1997, p. 157): *“Phillips article [...] was primarily an empirical investigation, with only four paragraphs [...] by way of theoretical explanation”*.

²⁸ Ver Blinder (2006)

Nossa interpretação, obviamente, não é consensual. Chapple (1998) em polêmica com Leeson (1998 e 1999) argumenta que sim, Phillips defendia a idéia de “menu”. O argumento de Chapple (1998) baseia-se fortemente na leitura do artigo derivado da tese de Doutorado de Phillips, *Stabilization Policy in a Closed Economy* publicado em 1954. Acreditamos que essa interpretação é incorreta. Em primeiro lugar, apesar de Phillips (1954) ser um artigo relativamente influente²⁹, ele não se compara aquele clássico de 1958³⁰. Além disso, Phillips (1954) é um trabalho puramente abstrato. O autor parte da insatisfação em relação às análises de *policies* a partir dos esquemas de estática comparativa, para tentar apresentar um modelo dinâmico que mostrasse todas as flutuações possíveis de ocorrerem entre duas situações de equilíbrio. Há considerações sobre a variação de preços associadas às variações no produto (havendo inclusive apontamentos sobre a influência de distintos estados de expectativas dos agentes sobre o nível de preços sobre a trajetória da produção), mas não há nada que sugira uma interpretação do tipo “menu”. Outro ponto: a curva de Phillips que passou para a história foi a versão generalizada por Samuelson & Solow (1960). E esses autores apresentam uma nota explícita contra a interpretação mecanicista da relação entre inflação e desemprego.

Aside from the usual warning that these are simply our best guesses we must give another caution. All of our discussion has been phrased in short-run terms, dealing with what might happen in the next few years. It would be wrong, though, to think that our Figure 2 menu that relates obtainable price and unemployment behavior will maintain its same shape in the longer run. What we do in a policy way during the next few years might cause it to shift in a definite way. (SAMUELSON & SOLOW, 1960, p. 193).

Em Lipsey (1960) – outro autor fundamental na história da Curva– ao analisar o trabalho de Phillips diz;

There are at least three very serious problems involved here. (i) The estimated value can be shifted a great deal by fitting curves of different types, by including additional variables and by excluding particular years. *Thus, although it might be held with a high degree of confidence that a significant and very interesting relation had been discovered, a very low degree of confidence might be attached at this stage to a particular estimate of the parameters.* (ii) The theory outlined in Section II suggests that the fitted relation may not be a very good guide to the relation between W and U if U were to remain substantially unchanged for a long time. (iii) A satisfactory theoretical explanation (together with independent tests) would be needed of the high correlation between W and P. Until more is known about the causal links between W and P it is very dangerous to argue as if either of these variables were independent of the other. (LIPSEY, 1960, p.30)

Retomando; quais foram afinal as causas da “*misteriosa transformação*”? O que vimos é que nem Phillips, o criador, nem Samuelson, Solow ou Lipsey sugeriram essa interpretação mecanicistas, antes pelo contrário.

Humphrey (1985) aponta uma questão importante; suas características atraentes para os políticos e para os policymakers, já que fornecia sustentação “científica” para a aparente incapacidade de se atingir o pleno emprego e a estabilidade de preços simultaneamente, objetivos que se acreditava serem compatíveis antes da disseminação da curva. Assim, as autoridades podiam se apoiar em um modelo científico para justificar seu “*suposto fracasso*”, de forma que a sociedade deveria se conformar ou com baixa inflação ou baixo desemprego. Essa conveniência política e de política econômica nos parece importante demais para ser deixada de lado.

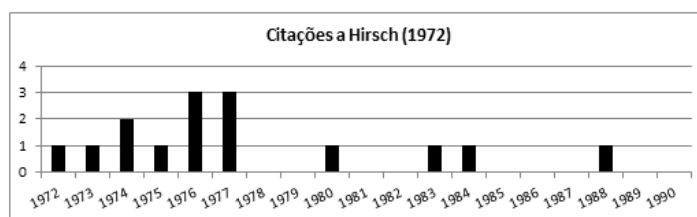
E quais são as evidências apresentadas por Lucas? Em LUCAS (1977, p. 13) o autor afirma: “[...] *the major U.S. econometric models implied that an expansionary monetary and fiscal policy leading to a sustained inflation about 4 percent per annum would led also to sustained unemployment rates of less than 4 percent*”. Lucas (1977) apresenta então dois trabalhos que exemplificariam esses “*major models*”: o trabalho de Hirsch (1972) – *Price Simulations with the OBE Econometric Model* - e o de Menil e Enzler (1972) – *Price and Wage in the FR-MIT-Penn Econometric Model*. A partir do Google Acadêmico somos informados que o trabalho de Hirsch (1972) conta com 23 citações³¹, o que o torna um trabalho de visibilidade não particularmente extraordinária (mesmo o autor conta com apenas cinco trabalhos listados

²⁹ A base de dados do *Scholar Google* registrava 547 citações em setembro de 2011.

³⁰ Com 2040 citações, a partir da mesma fonte e instante do tempo.

³¹ Resultado observado em janeiro de 2012.

na plataforma *JSTOR*, p que também o torna um autor não extraordinariamente produtivo para os padrões da academia americana). Uma análise mais cuidadosa mostra que alguns trabalhos se repetem (o mesmo trabalho é publicado em mais de uma revista, por exemplo), de forma que sobram 15 citações distintas. Encontramos a seguinte distribuição por ano:



Enquanto Hirsch cita seu próprio trabalho apenas duas ocasiões – em Hirsch, Grimm e Narasimham (1974) e em Hirsch (1977) – Lucas o cita em três oportunidades: *Econometric Policy* (1976), *Understanding Business Cycle* (1977) e em *Methods and Problems of Business Cycle* (1980). Certamente não por acaso, os anos dos dois primeiros trabalhos de Lucas são os de pico no número de citações a Hirsch (1972).

Entrar no mérito sobre o estado do debate teórico e prático sobre a Curva não é necessário para verificar que a escolha de Lucas por Hirsch (1972) sugere a existência de um viés de seleção, esse trabalho não parece ser particularmente representativo daquele período.

A história da Curva de Phillips tipo Menu como estrutura de todo o keynesianismo dos anos 1960/1970 é repetida a exaustão, mas não se apresentam evidências robustas de que isso deveu-se não a uma escolha política, isto é, independente dos resultados teóricos, ou se os resultados teóricos é que davam sustentação para a política. Esse ponto é também trabalhado por Forder (2010). Ainda que discordemos de algumas de suas premissas, sua conclusão é mais ousada que a nossa, diz; o argumento monetarista-novo-clássico sobre a curva de Phillips tipo menu é simplesmente um mito.

3.2. – Lucas sobre o Keynesianismo Desequilibrista

Como já havíamos afirmado, Lucas (e os Novos Clássicos, por extensão) e os Keynesianos Desequilibristas não compartilhavam de um conjunto suficientemente amplo de premissas, tal que do embate entre uma e outra escola pudesse emergir uma síntese aceita por ambos os lados (ou ainda, esse não era um evento tido como provável àquela altura das discussões).

A discordância entre competição perfeita *versus* competição monopolística e flexibilidade *versus* rigidez de preços ainda que relevantes na caracterização de Novos Clássicos e Desequilibristas, não era o cerne da questão (ainda que à época pudesse parecer que sim). Basta lembrar que Novos Keynesianos e autores da chamada Nova Síntese Neoclássica insistem nas rigidezes, mas são mais identificados com Lucas (1972; 1975) do que com Malinvaud.(1977). Lucas (1977), aliás, não afasta os modelos de concorrência monopolística com base em primeiros princípios – ainda que julgue a concorrência perfeita mais adequada para representar o comportamento agregado da economia – mas sim pois; “[...] *rigorous analysis of equilibrium determination when producers set prices is extremely difficult, and no examples relevant to business cycle behavior exist*”. Ou seja, ainda que os Novos Clássicos julgassem que a concorrência perfeita fosse uma boa aproximação para o conjunto da economia, e que a concorrência monopolística torna-se a análise significativamente mais complexa, isso não tornaria herege um novo-clássico que se utilizasse dessa hipótese em uma determinada circunstância. Assim como a inclusão de um setor de concorrência perfeita não faria desmoronar as bases do Keynesianismo Desequilibrista.

A diferença fundamental entre uma e outra escola está na diferença entre equilíbrio e desequilíbrio, e nas consequências associadas à utilização de um ou outra dessas premissas. Tais categorias teóricas estão longe de serem auto-explicativas, mas no debate entre Desequilibristas e Novos-Clássicos podemos entendê-las a partir da oposição entre *market-clearing* e *non-market clearing*.

Na abordagem de *market clearing* os resultados das trocas devem-se apenas às decisões maximizadoras de agentes econômicos racionais (em termos de previsão perfeita e/ou no sentido muthiano), e exclui-se a possibilidade de existência de excesso de oferta ou de demanda qualquer um dos *n* mercados

da economia, já que o vetor de preços de equilíbrio o elimina (por definição). Como os agentes são *price-takers* e o vetor de preços carrega todas as informações relevantes para a tomada de decisões, nenhum outro mecanismo de ajustamento é necessário, antes pelo contrário, garante-se que a economia estará sempre em um ótimo de Pareto. Do ponto de vista macroeconômico, o que Lucas faz – como forma de explicar as flutuações na economia e a potencial correlação de curto prazo entre variáveis nominais e reais – é introduzir um ruído (real e/ou monetário) no vetor de preços, o que impede que a economia se reproduza indefinidamente de forma suave.

Já na abordagem de *non-market-clearing* os agentes são (em geral) *price-makers* e o vetor-preços observado a cada instante do tempo não traz consigo todas as informações necessárias para o processo de tomada de decisão. O agente precisa tomar suas ações pensando em suas consequências, e nas ações e consequências dos demais agentes. Como o vetor-preços falha, é necessário determinar um mecanismo alternativo (auxiliar) na determinação das alocações a cada instante do tempo. Isso significa a imposição de restrições quantitativas sobre parte dos agentes (ou parte dos mercados), de tal forma que potencial e geralmente haverá excesso de oferta ou demanda em um ou mais mercados da economia.

O relaxamento dessas hipóteses – tanto na micro quanto na macroeconomia – visa aumentar o grau de realismo do modelo (realismo no sentido de correspondência com os fatos da realidade objetiva observável), o que é – para muitos, mas não para Lucas – meritório em si só. Ocorre que a retirada ou relaxamento de hipóteses simplificadoras por definição torna o modelo menos “simplificado” ou mais complexo. Se os agentes têm poder de mercado, como os preços são determinados? Qual a regra que determina sua variação entre os períodos? Eles variam em função com o tamanho do excesso de demanda existente? Neste caso a diferença entre keynesianos e clássicos é apenas de tempo necessário para o ajustamento? Se os fatores não recebem (necessariamente) seu produto marginal, como, então, eles são remunerados? Se o vetor-preços é falho, qual a regra de disseminação das informações nessa economia? Como se dá o processo de formação de expectativas em relação aos preços e quantidades? Como as quantidades passam a fazer parte da regra de comportamento dos agentes, como eles antecipam essa variável? Qual a forma e como funciona o mecanismo de racionamento quantitativo?

Como os modelos de equilíbrio geral (walrasianos ou não-walrasianos) buscam descrever de forma simplificada o comportamento estilizado dos agentes econômicos (firmas e trabalhadores) e a operacionalidade dos mecanismos de uma economia descentralizada de trocas, eles tratam simplesmente de princípios (ou primitivas) de análise, os quais não podem ser considerados por si só superiores ou inferiores a outro determinado conjunto, a única forma razoável de comprar duas dessas vertentes é através da análise da consistência interna de cada uma delas. Consistência interna não determina correção de uma determinada abordagem, mas sua ausência (em termos comparativos) é um bom indicativo de inferioridade.

Parece-nos claro que teoria do “desequilíbrio” possuía menor consistência interna quando comparado ao equilíbrio geral de Arrow-Debreu-McKenzie. E isso não chega a ser surpreendente, afinal, quando do surgimento dos modelos Barro-Grossman e dos trabalhos de Benassy e Drèze, a moderna teoria do equilíbrio geral já gozava de quase três décadas de “ciência normal”, as quais lhe serviram para apontar e tentar superar incompletudes, equívocos, falhas, etc. Além disso, a crítica ao “irrealismo” do modelo Arrow-Debreu implica na retirada de hipóteses simplificadoras, as quais buscam exatamente garantir a existência e a estabilidade da solução do modelo.

É importante notar que ainda que a “teoria do desequilíbrio geral” quando aplicada à Macroeconomia fosse antagonista ao walrasianismo e potencialmente revolucionária, dentro do campo de “equilíbrio geral” – em sentido amplo – ela era apenas uma variação dos exercícios tradicionais. Na “lógica econômica pura” – como Hayek denominava essa agenda de pesquisa – os avanços são obtidos, principalmente, através de exercícios que relaxam hipóteses simplificadoras. Ainda que essas variações pretendam-se revolucionárias, ou possam dar origem de modo involuntário a revoluções, em geral o seu resultado é simplesmente a sofisticação de um determinado paradigma. Assim, o trabalho de Drèze (1975), por exemplo, antes de provocar uma revolução na microeconomia walrasiana, foi simplesmente incorporado ao programa de pesquisa tradicional.

Esse parêntese é importante também para explicar a ambiguidade dos Novos Keynesianos em relação ao temo *walrasianismo*; eram walrasianos por aceitarem a ideia de que os modelos se basearem em

primeiros princípios da agenda de pesquisa “walrasiana” de equilíbrio geral, eram anti-walrasianos no sentido de se utilizarem de ferramentas microeconômicas para explicar fenômenos não walrasianos em um sentido mais estrito/tradicional (como competição monopolística, rigidez nominal, rigidez real, etc.).

Se equilíbrio e desequilíbrio são apenas princípios axiomáticos de análise, quais as causas da feroz insistência de Lucas em relação a sua utilização? Exatamente pelo fato de o sistema de *non-market clearing* não possuir a mesma consistência interna do de *market clearing*. Enquanto ao se utilizar deste último princípio os resultados devem ser explicados em termos de preferências, tecnologia e elasticidades, o primeiro seria insuficientemente restritivo (ou excessivamente permissivo). Como os resultados de *non-market clearing* dependiam fortemente da forma desenhada para o esquema de racionamento, por exemplo, e como não havia um critério robusto baseado em primeiros princípios de racionalidade, preferências e tecnologia (todos em sentido amplo) para determinar de forma incontestada seu desenho, qualquer resultado poderia ser (potencialmente) explicado, bastando ao “cientista” utilizar-se de uma ou outra hipótese *ad hoc*³². Outro ponto; enquanto a adoção da hipótese de expectativas racionais mostrou-se desde o início revolucionária (no sentido de questionar os resultados existentes e abrir novas frentes de pesquisa) e altamente controversa (chamando, assim, a atenção de um grande número de autores para análises teóricas e verificações empíricas) os Keynesianos Desequilibristas não foram capazes de apresentar uma hipótese capaz de rivalizar com a de John Muth. Esses problemas (e outros) se refletiam também na quase assunção de existência de trocas mutuamente vantajosas não esgotadas na economia. Esse é o espírito da crítica de Barro (1979).

Lucas não dedicará espaço particularmente grande à crítica de modelos e resultados específicos dos Keynesianos Desequilibristas, preferindo louvar os privilégios do método equilibrista em oposição ao desequilibrista. Mesmo quando a referência é mais objetiva, como em Lucas (1978), as críticas ainda assim assumem um caráter filosófico-metodológico. Neste artigo Lucas dedica-se a criticar uma categoria teórica fundamental – não apenas, mas particularmente – do Keynesianismo Desequilibrista; a hipótese de taxa natural de desemprego. Desde Patinkin, até Barro e Grossman, os modelos Desequilibristas tinham a preocupação fundamental de explicar as condições necessárias, as causas e as consequências do desemprego “keynesiano”. Fica evidente a crítica a esses modelos quando Lucas (1978) diz;

It is [...] possible to write down theoretical models in which households are faced with an “hour constraint” limiting the hours they can supply at “the” prevailing wage, and in which, therefore, there is a clear distinction between the hours one can supply and the hours one would like to supply. Such an exercise is frequently motivated as an attempt to “explain involuntary (or Keynesian) unemployment”. (LUCAS, 1978, p. 354).

Essa é a estrutura básica dos modelos Barro-Grossman. Para Lucas (1978) o problema com o desemprego involuntário e com seu oposto, o pleno emprego, era que ambos não levavam a um conceito operacional de política econômica. Como mensurar o desemprego involuntário (o problema também se estende ao pleno emprego)? Lucas apresenta duas possibilidades; (i) questionando-se o desemprego se ele, a partir de sua percepção subjetiva, julga-se um desempregado voluntário ou involuntário, e; (ii) determinar as características operacionais de uma economia e uma ou outra taxa de desemprego. Para Lucas o problema de política econômica surge não do nível do desemprego, mas de sua variância. Sua posição é tal que uma economia operando com políticas suaves e previsíveis por um período suficientemente longo de tempo faria emergir uma taxa “média” ou “natural” de desemprego, que refletiria seus fundamentos, e não uma meta possível de ser fixada via política econômica discricionária. O fato de o mercado registrar um desemprego de 2% ou de 20% não tinha qualquer implicações sobre a forma apropriada de abordar o problema, em ambos os casos se está em equilíbrio (*market clearing*) no sentido de que os mesmos primeiros princípios devem ser utilizados para explicar um e outro. A essência de seu argumento é o mesmo que aparece de forma metafórica em Lucas (1977);

[...] I suspect that the unwillingness to speak of workers in recession enjoying “leisure” is more a testimony of the force of Keynes’ insistence that unemployment is “involuntary” than a response to observed phenomena. One doesn’t want to suggest that people like depressions! Of course, the hypothesis of a cleared labor market carries with it no such

³² Lucas (1977, p. 17).

suggestion, any more than the observation that people go hungry in cleared food markets suggests that people enjoy hunger. (LUCAS, 1977, p. 18).

Para Lucas, em suma, “[to] *look at any economic time series and conclude that it is a disequilibrium phenomenon is a meaningless observation*” (LUCAS e SARGENT, 1979, p. 58).

Todas essas críticas específicas aos modelos tipo Barro-Grossman são ainda bastante parcimoniosas. Nossa hipótese é que para Lucas, ainda que baseados em algumas premissas equivocadas, esses modelos buscam microfundamentar os resultados keynesianos (o que é superior a resultados a-teóricos como o da Curva de Phillips) e são explicitamente matemáticos. Essa postura complacente é que torna possível a aproximação de Barro, e a utilização da restrição de Clower por Lucas. Lucas não pode deixar de admirar o gênio de autores como Patinkin, Clower, Barro, Grossman e Malinvaud, por exemplo; todos têm contribuições importantes no campo da teoria pura, seja ela micro, macro ou econométrica.

Tratamento distinto será reservado a Axel Leijonhufvud, ele será a encarnação do economista pré-científico no sentido de Lucas; um autor cujas considerações verbais sobre o funcionamento da economia e/ou sugestões de métodos e modos de se abordar determinados problemas econômicos não se traduzem em modelos no sentido lucasiano restrito do termo.

Para Lucas a diferença entre aquele primeiro grupo de autores e Leijonhufvud corresponde a materialização das duas atitudes distintas diante do “fracasso” do keynesianismo: enquanto uns se apegavam ao *framework*, crendo ser possível soculcionar suas contradições/erros/incompletudes com a adição de uma ou outra variável/equação/princípio, outros simplesmente escolhiam “*renounce analytical methods intirely, returnin to “judgmental” methods*”. Ao encerrar a abordagem de Desequilíbrio em Leijonhufvud, Lucas direciona suas armas para um autor que apesar de dotada de grande capacidade retórica, histórica e metodológica, sabia-se frágil em questões quantitativas. Ao comentar sobre o estilo de sua tese, diz “[...] *I had followed the linguistic line in school so that my math was relatively weak. But I had enough to understand perfectly well what I was being taught in Graduate School and was able to pass my examinations like everybody else*”. (LEIJONHUFVUD apud SNOWDON, 2004, p. 9). Ainda que não fosse um ignorante em assuntos quantitativos, esse nível de conhecimento não o permitia entrar em debates para além da metodologia/história com autores pesadamente formais como Lucas e Sargent. Nada mais trivial que apegar-se às fraquezas do adversário e explorá-las ao máximo. É isso que Lucas faz. Ele parece oferecer aos leitores três alternativas: (i) seguir o keynesianismo (o qual falhou, gestando a estagflação); (ii) aderir ao keynesianismo “primitivo” (verbal/descritivo) de Leijonhufvud, ou; (iii) retornar à tradição ancestral de Smith, Ricardo, Walras, Hicks, Samuelson, e tantos outro, agora mais forte graças aos desenvolvimentos novos-clássicos.

Conclusão

Ao analisarmos o discurso “doutrinário” de Robert Lucas conseguimos ir além da usual caracterização do autor como simplesmente um anti-keynesiano. Há uma série de nuances nas opiniões de Lucas sobre as mais distintas formas de Keynesianismo (inclusive os do próprio Keynes). Nesses artigos há o uso recorrente de expedientes retóricos nas críticas aos “keynesianos” – as quais independente de serem ou não procedentes – acabam por deixar o “adversário” na defensiva, tendo que explicar ponto por ponto de sua teoria. Essa situação não era particularmente agradável para uma doutrina vista com reservas devido ao insucesso econômico americano dos anos de 1970.

Lucas é um genial polemista. Goste-se ou não de seus expedientes retóricos, é impossível manter-se indiferente a uma ou outra crítica ou afirmação apresentada. Note-se, porém, que apesar de levarmos em conta a importância da retórica, especialmente da existência de uma figura líder em uma ou outra escola com essa capacidade de persuasão e geração de controvérsias, longe de nós afirmar que o sucesso do esquema Novo-Clássico deveu-se apenas a essas características particulares de Lucas. Ainda que o modelo equilibrista quantitativo do *business cycle*, que a metodologia alternativa para análise de séries de tempo e as regras objetivas de determinação da endogeneidade/exogeneidade das variáveis, só tenham todas se tornado disponíveis ao início dos anos 1980, os Novos-Clássicos foram capazes de responder a questões antigas e sugerir outras novas, tal como necessário nos esquemas de epistemologia. Nossa intenção aqui

não é determinar as causas do sucesso do esquema de Lucas, mas sim compreender para além da superfície, todo o seu discurso “doutrinário”.

Bibliografia

- Arida, P. *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. No. 54. 1983.
- Blinder, A. S. "The anatomy of double-digit inflation in the 1970s." *Inflation: Causes and effects*. University of Chicago Press, 1982. 261-282.
- Caldwell, B. J. "A critique of Friedman's methodological instrumentalism." *Southern Economic Journal* (1980): 366-374.
- Chari, V. V. "Nobel Laureate Robert E. Lucas, Jr.: Architect of Modern Macroeconomics." *The Journal of Economic Perspectives* 12.1 (1998): 171-186.
- De Vroey, M. *Lucas on the Lucasian transformation of macroeconomics: an assessment*. No. 2010032. (IRES), 2010.
- Debreu, G. "The mathematization of economic theory." *The American Economic Review* 81.1 (1991): 1-7.
- Dreze, J. H. "Existence of an exchange equilibrium under price rigidities." *International Economic Review* 16.2 (1975): 301-320.
- Epstein, J. M. "Why model?." *Journal of Artificial Societies and Social Simulation* 11.4 (2008): 12.
- Friedman, B. "Disuccion" in Lucas Jr, Robert E., and Thomas J. Sargent. "After keynesian macroeconomics." 19 (1978): 49-72.
- Friedman, M. "The methodology of positive economics." *1953* (1953): 3-43.
- _____. "The role of monetary policy." *The American Economic Review* 58.1 (1968): 1-17.
- Forder, J. "Friedman's Nobel lecture and the Phillips curve myth." *Journal of the History of Economic Thought* 32.3 (2010): 329.
- Gordon, R. J., and Arthur M. Okun. "Postwar macroeconomics: the evolution of events and ideas." *The American Economy in Transition*. University of Chicago Press, 1980. 101-182.
- Greenwald, B. & Stiglitz, J. "New and old Keynesians." *The Journal of Economic Perspectives* 7.1 (1993): 23-44.
- Hayek, F. A. "Monetary theory and the trade cycle." (1932).
- Hicks, J. R. "Mr. keynes and the " classics"; a suggested interpretation." *Econometrica: Journal of the Econometric Society* (1937): 147-159.
- Hirsch, A. A. "Price simulations with the OBE econometric model." *op. cit.(reference [6])* (1972): 237-276.
- Hume, D. "A treatise of human nature (1740)." *A more pertinent reference, in this author's opinion, is provided in 4* (1967): 35.
- Keynes, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- Lakatos, I. *History of science and its rational reconstructions*. Springer Netherlands, 1971.
- Leeson, R. "The Phillips Controversy: A Further Reply to Chapple." *History of Economics Review* (1999): 97-106.
- Leeson, R. "The Trade-off Interpretation of Phillips's Dynamic Stabilization Exercise." *Economica* 64.253 (1997): 155-171.
- Leijonhufvud, A. "Life among the econ*." *Economic Inquiry* 11.3 (1973): 327-337.
- Lipsey, R. G. "The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1862-1957: a further analysis." *Economica* (1960): 1-31.
- Lucas Jr, R. E. "An equilibrium model of the business cycle." *The Journal of Political Economy* (1975): 1113-1144.
- _____. "Nobel Lecture: Monetary Neutrality." *The Journal of Political Economy* 104.4 (1996): 661-682.
- _____. "On the mechanics of economic development." *Journal of monetary economics* 22.1 (1988): 3-42.
- _____. "On the mechanics of economic development." *Journal of monetary economics* 22.1 (1988): 3-42.
- _____. "Expectations and the Neutrality of Money." *Journal of economic theory* 4.2 (1972): 103-124.
- _____. "Keynote Address to the 2003 HOPE conference: my Keynesian education." *History of Political Economy* 36.5 (2004): 12-24.
- _____. "Tobin and monetarism: a review article." *Journal of Economic Literature* 19.2 (1981): 558-567.

- _____. "Understanding business cycles." *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*. Vol. 5. No. 1. 1977.
- Lucas Jr, R. E., & Prescott, E. C. "Investment under uncertainty." *Econometrica: Journal of the Econometric Society* (1971): 659-681.
- Lucas Jr, R. E., & Rapping, L. A. "Real wages, employment, and inflation." *The Journal of Political Economy* (1969): 721-754.
- Lucas Jr, R. E. & Sargent, T. J. "After keynesian macroeconomics." *After the Phillips curve: Persistence of high inflation and high unemployment* 19 (1978): 49-72.
- Mankiw, N. G. *The reincarnation of Keynesian economics*. No. w3885. National Bureau of Economic Research, 1992.
- Modigliani, F. "Liquidity preference and the theory of interest and money." *Econometrica, Journal of the Econometric Society* (1944): 45-88.
- Muth, J. F. "Rational expectations and the theory of price movements." *Econometrica: Journal of the Econometric Society* (1961): 315-335.
- Patinkin, D. *In defense of IS-LM*. Department of Economics, University of California, 1988.
- _____. *Money, interest, and prices: An integration of monetary and value theory*. New York: Harper & Row, 1965.
- Phillips, A. W. "Employment, Inflation and Growth1." *Economica* 29.113 (1962): 1-16.
- Phillips, A. W. "Stabilisation policy in a closed economy." *The Economic Journal* 64.254 (1954): 290-323.
- Phillips, A. W. "The Relation Between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1861–19571." *economica* 25.100 (1958): 283-299.
- Prescott, E. C. "Should control theory be used for economic stabilization?." *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*. Vol. 7. North-Holland, 1977.
- Prescott, E. C., & Lucas Jr. R. E. "A note on price systems in infinite dimensional space." *International Economic Review* 13.2 (1972): 416-422.
- Ramsey, F. P. "A Contribution to the Theory of Taxation." *The Economic Journal* 37.145 (1927): 47-61.
- Rebelo, S. "Real business cycle models: past, present and future." *The Scandinavian Journal of Economics* 107.2 (2005): 217-238.
- Roos, C. F. "A mathematical theory of price and production fluctuations and economic crises." *The Journal of Political Economy* 38.5 (1930): 501-522.
- Samuelson, P. A., and Robert M. Solow. "Analytical aspects of anti-inflation policy." *The American Economic Review* 50.2 (1960): 177-194.
- Schumpeter, J. A. *Business cycles*. Vol. 1. New York: McGraw-Hill, 1939.
- Seidman, Laurence S. "The new classical counter-revolution: A false path for macroeconomics." *Eastern Economic Journal* 31.1 (2005): 131-140.
- Snowdon, B. & Vane H. R. *Modern macroeconomics*. E. Elgar, 2005.
- Snowdon, B. "Outside the mainstream: an interview with Axel Leijonhufvud." *Macroeconomic Dynamics* 8 (2004): 117-145.
- Solow, R. M. "A contribution to the theory of economic growth." *The quarterly journal of economics* 70.1 (1956): 65-94.
- Stigler, G. J. "The influence of events and policies on economic theory." *The American Economic Review* 50.2 (1960): 36-45.
- Stokey, N; L., Lucas Jr., R. E. & Prescott, E. C. *Recursive methods in economic dynamics*. Harvard University Press, 1989.
- Svensson, L. EO. "The Scientific Contributions of Robert E. Lucas, Jr." *The Scandinavian Journal of Economics* (1996): 1-10.
- Tinbergen, J. "Annual survey: Suggestions on quantitative business cycle theory." *Econometrica, Journal of the Econometric Society* (1935): 241-308.
- Viner, J. "Mr. Keynes on the causes of unemployment." *The Quarterly Journal of Economics* 51.1 (1936): 147-167.